DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BAHIA

LEI MUNICIPAL Nº 2.042/2015, alterada pela Lei n° 2.108/2016.

Dezembro de 2020

1. APRESENTAÇÃO 4

2. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS 6

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE RELATÓRIOS DE MONITORAMENTO E NOTAS TÉCNICAS ANTERIORES A AVALIAÇÃO 8

4. DESCRIÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS UTILIZADOS NAS METAS E ESTRATÉGIAS 11

5. ASPECTOS INSTITUCIONAIS E ADMNISTRATIVOS 13

6. ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS METAS E AVANÇOS ALCANÇADOS 15

7. OCORRÊNCIAS E RESULTADOS 20

8. REFLEXÕES E AVALIAÇÕES 21

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS 29

10. REFERÊNCIA 34

11. ANEXOS: FOTOS, PUBLICAÇÕES E OUTROS REGISTROS DA AVALIAÇÃO 35

AEE	– Atendimento Educacional Especializado
ANA	– Avaliação Nacional da Alfabetização
BNCC	– Base Nacional Comum Curricular
C.M.E.I	– Centro Municipal de Educação Infantil
CAPES	– Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CES	– Censo da Educação Superior
CF	– Constituição Federal
CME	– Conselho Municipal de Educação
CNE	– Conselho Nacional de Educação
COPE/SEC	– Coordenação de Projetos Especiais da Secretaria Estadual de Educação
DEED	– Diretoria de Estatísticas Educacionais
DIPEQ	– Diretoria de Pesquisas.
EJA	– Educação de Jovens e Adultos
FUNDEB	– Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IFBA	– Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IES	– Instituto de Ensino Superior
IDEB	– Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	– Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	– Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NTE 20	– Núcleo Territorial de Educação do Sudoeste Baiano
OMS	– Organização Municipal de Saúde
PAR	– Plano de Ações Articuladas
PDDE	– Programa Dinheiro Direto na Escola
PME	– Plano Municipal de Educação
PNAD	– Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	– Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNLD	– Programa Nacional do Livro e do Material Didático
PNATE	– Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar
PNE	– Plano Nacional de Educação
PPA	– Plano Plurianual
SASE	– Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino
SEC	– Secretaria Estadual de Educação
SEI	– Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SESC	– Serviço Social do Comércio
SIMEC	– Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle
SIMMP/VC	– Sindicato do Magistério Municipal Público de Vitória da Conquista
SMED	– Secretaria Municipal de Educação
SMS/ SUAS	– Secretaria Municipal de Saúde / Sistema Único de Assistência Social
SRM	– Sala de Recursos Multifuncionais

1. APRESENTAÇÃO

Este Documento tem como objetivo o registro de informações do 2º Biênio 2018-2019, referente ao processo de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME) de Vitória da Avaliação, conforme disposto na Lei nº 2.042/2015, alterado em seu anexo único pela Lei nº 2.108/2016, para apresentação durante a 2ª Audiência Pública com a finalidade de divulgar os resultados e propor políticas públicas, assegurando assim a implementação das estratégias e o cumprimento das metas.

A avaliação do 1º biênio 2015-2017, foi realizada em 2018, no mês de fevereiro, durante a 1ª Audiência Pública de Educação, conforme orientações da Equipe Técnica Estadual e da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE).

Em virtude de algumas mudanças no âmbito federal e estadual, as orientações para monitoramento e avaliação do PME ficaram sob a responsabilidade da Secretaria da Educação do Estado, por meio da Equipe Técnica Estadual de Monitoramento e Avaliação do PME. Assim, com base nas novas orientações e informações recebidas nos encontros de formação dos Territórios de Identidade, a nova Equipe Técnica Municipal foi formada com a representação das instâncias previstas no PME, Instituições de Ensino Superior (IES) e Sistema S, iniciando suas atividades em agosto de 2019.

Foram encontradas dificuldades para coleta de dados junto às instituições privadas (educação básica) e para o monitoramento do Ensino Superior. Das instituições de Ensino Superior (IES) existentes em Vitória da Conquista, só foi possível conseguir informações gerais de três delas. Isso se traduz numa necessidade de enfrentamentos locais quanto a provocação de mecanismos que consigam garantir um acompanhamento mais próximo e contínuo da vida do ensino superior em nosso município.

Na Lei do PME de 2016, constam 366 estratégias, pois alterou o anexo único da Lei de 2015, retirando 20 estratégias (13 sobre Educação Infantil, 03 sobre Educação Especial, 01 sobre a Política de Alfabetização, 02 sobre Qualidade da Educação Básica, 01 sobre Formação Continuada – Pós-Graduação).

O PME de Vitória da Conquista, com 20 metas e 43 indicadores, é um importante instrumento norteador para o desenvolvimento e fortalecimento das ações educacionais no município na Rede Federal, Estadual, Municipal e Privada.

Neste Documento serão apresentados dados e informações sobre as ações educacionais desenvolvidas na Rede Pública (Federal, Estadual, Municipal) e Privada do Município de Vitória da Conquista, principais considerações dos Relatórios de Monitoramento do 2º Biênio, notas técnicas, recursos orçamentários utilizados, aspectos institucionais e administrativos, resultados e avanços alcançados e outras informações importantes e necessárias.

A base de dados para construção deste Documento levou em conta as informações coletadas pela Equipe Técnica Municipal, por meio das instituições representadas e pesquisas/consultas realizadas outras instituições, tais como Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC), Instituto de Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC).

Considerando o contexto da pandemia, dificuldades para realização da 2ª Audiência Pública de forma presencial e a importância de garantir maior participação da comunidade escolar, representações da sociedade, foi necessário suspender, em 2020, o evento que estava programado para abril de 2020.

Dessa forma, após a análise do cenário e discussão com a Equipe Técnica, a Audiência Pública foi adiada para o 1º trimestre de 2021, observando as orientações e recomendações das autoridades em saúde.

2. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS

Durante o processo de monitoramento foram realizadas diversas atividades para constituição da nova Equipe Técnica Municipal, elaboração do Plano de Trabalho de Monitoramento e de Avaliação, estudo, análise das estratégias, coleta de dados e informações, acompanhamento dos indicadores, articulação com as instituições responsáveis pela implementação das estratégias, elaboração do Relatório de Monitoramento de 2018, conforme modelo da SASE e relatório de Monitoramento, de acordo às orientações da Equipe Técnica Estadual da Secretaria da Educação.

Entre as principais atividades para o processo de monitoramento e avaliação, cabe destacar:

- Convite amplo para participação de todas as representações sociais e estudiosos envolvidos com as Metas do PME-VC;

- Reuniões com os articuladores das metas e com o grupo de trabalho para discussão, articulação e acompanhamento das estratégias;

- Pesquisa eletrônica de dados necessários à avaliação do Plano Municipal de Educação;

- Leitura comparativa com dados de outras fontes e documentos;

- Levantamento de dados e informações por meio de pesquisa em sites oficiais (MEC, INEP, IBGE) e consulta às instituições (NTE-20, SMED, IFBA) e documentos disponibilizados pela SEI, SEC;

- Organização do trabalho, estudo do Plano, estratégias, metas, indicadores, sistematização dos dados e informações;

- Articulação junto à Secretaria de Educação do Estado da Bahia para verificar a possibilidade de uma parceria para disponibilização de apoio metodológico da SEI para o Minicenso de Vitória da Conquista;

- Levantamento das metas, indicadores, participação e discussão com outros profissionais para releitura e análise das estratégias, indicadores, dos resultados alcançados;

- Pesquisa sobre política de Alfabetização na Rede de Ensino Particular e Rede Municipal de Ensino, sobre Salas Multifuncionais na Rede Estadual e Municipal;

- Ações diversas para garantir o cumprimento dos indicadores e desenvolvimento das estratégias, seja no âmbito municipal, estadual e federal, desde a implementação de projetos por iniciativa própria e em parceria com instituições pública e privadas.

Para realização do processo de monitoramento, além das dificuldades para coleta de dados e informações na rede privada, foram encontradas algumas dificuldades, devido à ausência de algumas informações das metas 8, 9 e 10, bem como para reunir com os responsáveis das instituições de Ensino Superior pelo acompanhamento das metas 12,13 e 14, em suas instituições, de informações e dados de suas IES, além de outros dados importantes para o entendimento e análise do Plano. Isso se traduz numa necessidade de enfrentamentos locais quanto a provocação de mecanismos que consigam garantir um acompanhamento mais próximo e contínuo da vida do ensino superior em nosso município.

Outro fator, é a falta de envolvimento de alguns setores da sociedade civil no monitoramento do Plano, por não entenderem a real importância do PME e também porque acreditam que a obrigação é apenas da rede municipal de ensino e não de outras esferas (federal, estadual e privada). Com a participação maior, as discussões sobre cada Meta poderiam ter sido mais profícuas com um grupo que representasse o município em suas diversas particularidades.

Quanto aos resultados alcançados, cabe destacar:

- Integração da equipe, articulação institucional e mobilização para melhoria do processo de monitoramento do Plano Municipal de Educação de Vitória da Conquista;

- Organização das etapas para realização do trabalho, maior segurança na análise das estratégias, conhecimento dos sites oficiais e percepção sobre a necessidade de atualização de dados;

- Percentual de 47,24% dos professores com formação superior compatível com a área de conhecimento em que lecionam na educação básica (estadual, municipal e privada); 45,4% na Educação Infantil; 54,3% Ensino Fundamental; 48,6% Ensino Médio; 41,1% EJA Fundamental e 46,8% EJA Médio. Com relação à rede municipal, são 95%;

- Funcionamento de 14 salas de Recursos Multifuncionais (SRM), com 13 na rede municipal e uma na rede estadual;

- Aplicação de oito testes de leitura de alfabetização na rede de leitura na rede municipal com 100% dos alunos avaliados do 1º, 2º e 3º ano em 2019;

- Valorização e cuidado com a primeira infância com atenção à saúde nutricional e física das crianças;

- Inclusão das instituições de Educação Infantil no Programa Saúde na Escola (PSE);

- Ampliação da oferta vagas para Educação Infantil e reabertura das Salas de Recursos Multifuncionais;

- Oferta de vagas para matrículas em todas as etapas e modalidades de ensino na rede pública do município de Vitória da Conquista;

- Distribuição, por meio do PNLD, de obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, destinados aos alunos típicos e com deficiência, além de professores das escolas públicas de educação básica;

- Apoio aos sistemas de ensino, adequação de escolas para acessibilidade física, por meio do PDDE Escola Acessível, mediante a apresentação de Planos de Trabalho – PTA;

- Garantia do AEE em 15 escolas municipais e formação para professores, auxiliares de vida escolar, bem como seleção para contratação de profissional especializado para provimento de vaga SRM;

- Flexibilização dos currículos escolares para atendimento às necessidades específicas do público da Educação Especial;

- Nota do IDEB do anos iniciais superior à meta de 2021, dos anos finais superior à meta projetada e avanço de 0,2 no Ensino Médio.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE RELATÓRIOS DE MONITORAMENTO E NOTAS TÉCNICAS ANTERIORES A AVALIAÇÃO

Quadro 1: Principais indicações Relatório Monitoramento e Notas Técnicas – 2º Biênio (2018/2019)

Principais indicações do Relatório de Monitoramento 2018	Notas Técnicas presentes no Relatório de	Principais indicações do Relatório de Monitoramento 2019	Notas Técnicas presentes no Relatório de

	Monitoramento 2018		Monitoramento 2019
1° - Ampliação da oferta de vagas para as crianças de 04 a 05 anos, através da construção de instituições de Educação Infantil.		1º - Ampliação de turmas de Educação Infantil nas escolas dos Distritos do município.	
2º - Em decorrência do número significativo de alunos acima de 18 (dezoito) com deficiência, que não concluiu a Educação Básica, etapa Ensino Fundamental, há necessidade da criação de normativas que garantam a oferta de vagas as pessoas com deficiência, que não possuem condições de estudarem no noturno para estudarem no diurno.		2º - Em decorrência do número significativo de alunos acima de 18 (dezoito) com deficiência, que não concluiu a Educação Básica, etapa Ensino Fundamental, há necessidade da criação de normativas que garantam a oferta de vagas as pessoas com deficiência, que não possuem condições de estudarem no noturno para estudarem no diurno.	2º - Recomenda-se suprimir a Estratégia nº 25, visto que a Língua Brasileira de Sinais e o Sistema Braile não configuram como conteúdo.
3º - Necessidade da construção de um plano de ação para o desenvolvimento e acompanhamento das Estratégias de cada Meta.		3º - Necessidade da construção de um plano de ação para o desenvolvimento e acompanhamento das Estratégias de cada Meta.	
5º - Proporção de docências com professores que possuem formação superior compatível com a área de conhecimento em que lecionam na educação básica.		5º - Proporção de docências com professores que possuem formação superior compatível com a área de conhecimento em que lecionam na educação básica.	
6º - Criação de um Observatório Multi-institucional e multidisciplinar para anualmente acompanhar os números e dados da Educação Superior no Município.	6º - Impossibilidade de calcular o indicador 12B, por não obter dados do número da população de 18 a 24 anos que frequenta ou já concluiu o curso de graduação.	6º - Criação de um Observatório Multi-institucional e multidisciplinar para anualmente acompanhar os números e dados da Educação Superior no Município.	
7º - Desenvolvimento de ações mais específicas para os grupos de alunos expostos ao risco de baixa aprendizagem referente ao Nível Socioeconômico (NSE).		7º - Elaboração de Programa de Correção de Fluxo, no âmbito do estado, cujas medidas interventivas assegurem aos alunos com defasagem idade, ano e nível, a oportunidade de corrigir as distorções, garantindo melhores condições de aprendizagem e avanço escolar.	
8º - Maior incentivo para realização das políticas públicas de alfabetização do governo federal, assim como o Mais Educação**.**		8º - Planejamento e execução de ações pedagógicas referentes aos programas instituídos pelo governo federal com os docentes, coordenadores e dupla gestora a fim de alinhar ações efetivas para o pleno desenvolvimento integral	

		dos sujeitos envolvidos no processo educativo.	

Observações gerais RM 2018	Observações gerais RM 2019
- Necessidade de repensar, reformular as estratégias previstas no Plano. - Estratégias descritas não se apresentam de forma clara, não sendo possível relacioná-las aos indicadores. Necessidade de implantação do Projeto de Tempo Integral. - Escolas expedem o Histórico Escolar com a carga horária de 800 horas anuais, como as escolas de tempo regular, enquanto deveria ser o dobro. - Dados do ensino superior sempre são liberados no final do ano e meio posterior a coleta, são em várias pastas e muitas vezes isolados, provocando assim um descolamento da realidade, quando o assunto são dados pormenores.	- Meta 1 consta 34 estratégias, em conformidade com a Lei 2.108/2016. Na lei anterior constavam 47 estratégias. - A quantidade de estratégias das metas 4, 7 e 16 da Lei 2.042/2015 difere da Lei de 2016. - Não foram descritas as estratégias 18.9 e 19.6 no Relatório de 2015 a 2017. - Dificuldades, entraves, principalmente para coleta de dados e organização das informações, em função da não disponibilidade de um Sistema Integrado que fornecesse os dados de acordo os indicadores previstos no Plano, estratégias não muito claras quanto a sua implementação e quantos aos meios de verificação para acompanhamento do cumprimento. - Necessidade de realizar uma pesquisa junto às instituições educacionais para subsidiar o processo de monitoramento e avaliação.
- Os indicadores das meta 4 (Educação Especial) não foram aferidos, pois não foram localizadas fontes oficiais para consulta quanto aos dados requisitados. Para que seja possível projetar ações efetivas para o atendimento da demanda é necessário a realização de um CENSO. – A base de dados da meta 15, considerou o Relatório de Indicadores Educacionais, disponibilizado no Portal do INEP, sobre a adequação da formação docente do Grupo 1 (docentes com formação superior de licenciatura na mesma disciplina que leciona, ou bacharelado na mesma disciplina com curso de complementação pedagógica concluído), verificou-se um percentual geral de 47,24% (45,4% na Educação Infantil, Ensino Fundamental 54,3%, Ensino Médio 48,6%, EJA Fundamental 41,1% e EJA Médio 46,8%), considerando a Rede Estadual, Municipal e Privada.	- Os indicadores das meta 4 (Educação Especial) não foram aferidos, pois não foram localizadas fontes oficiais para consulta quanto aos dados requisitados. Para que seja possível projetar ações efetivas para o atendimento da demanda é necessário a realização de um CENSO. - Todos os professores do Ensino Fundamental II (Anos Finais), que ingressaram na Rede Municipal de Ensino, a partir do ano 2000, já eram licenciados na área de conhecimento em que lecionavam. - No caso dos professores do Ensino Fundamental I (Anos Iniciais), no ano de 2004, o município passou a ofertar em colaboração com a União, o curso de licenciatura em Pedagogia a todos os professores que ainda não tinha curso superior compatível com a área em que lecionavam. Alguns poucos professores não conseguiram concluir, por motivos pessoais. - Na Rede Pública Estadual e Federal, todos os professores possuem formação superior compatível com a área de conhecimento em que lecionam na Educação Básica, em cumprimento à Lei 9394/1996, que passou a exigir curso de nível superior para todos os professores da educação básica.
– Não realização das estratégias das metas do Ensino Superior por: falta de comunicação entre as IES; ausência de uma rotina de apuração anual de informações locais sobre as IES; diminuição dos recursos destinados à manutenção e pessoal nas redes públicas de ensino. (Referência Teto de Gastos públicos e Política Ministerial). - Não avaliação de maneira mais próxima a realidade por: falta de atualização de informações no Sistema INEP, de um sistema Bahia de Apuração da Política de Ensino Superior e seu acompanhamento sistemático.	– Não realização das estratégias das metas do Ensino Superior por: falta de comunicação entre as IES; ausência de uma rotina de apuração anual de informações locais sobre as IES; diminuição dos recursos destinados à manutenção e pessoal nas redes públicas de ensino. (Referência Teto de Gastos públicos e Política Ministerial). - Não avaliação de maneira mais próxima a realidade por: falta de atualização de informações no Sistema INEP, de um sistema Bahia de Apuração da Política de Ensino Superior e seu acompanhamento sistemático.

-Imprescindível o planejamento de ações para o desenvolvimento de cada estratégia em um plano de ação.	- Imprescindível o planejamento de ações para o desenvolvimento de cada estratégia em um plano de ação.
- Eleição para diretor de escola da rede municipal já é uma prática há vários anos. Necessidade de mais chapas para concorrer.	- Importante garantir recursos, formação e infraestrutura adequada para o funcionamento do Conselhos e criação de Associação de Pais e Grêmio Estudantil para o fortalecimento dos Colegiados Escolares e participação da comunidade nas instituições de ensino.

Fonte: Elaboração própria Equipe Técnica Municipal de Vitória da Conquista.

4. DESCRIÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS UTILIZADOS NAS METAS E ESTRATÉGIAS

Tabela 1 – Descrição dos Recursos Orçamentários utilizados nas metas e estratégias – Ano 2019

META / ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO	QTDE	TIPO DE RECURSO / PEÇA ORÇAMENTÁRIA	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)	OBSERVAÇÃO
1/1.1 - Definir, em regime de colaboração com a União e o Estado, ações para a expansão da rede pública municipal de Educação Infantil, seguindo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais.	- Construção de Creches PROINFÂNCIA	3				Inaugurados em 2019.
1/1.4 - Realizar a adequação, ampliação e/ou construção de Centros de Educação Infantil a cada 2 (dois) anos, a partir da demanda manifesta, respeitando os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Parâmetros Básicos de Infraestrutura estabelecidos pelos órgãos oficiais, evitando a criação de turmas desta etapa da educação básica, em escolas destinadas ao Ensino Fundamental.	- Reforma e ampliação de CMEIS Aquisição de kit mobiliário para creche	11				Em andamento
1/1.8 - Elaborar e desenvolver projetos de leitura e musicalização na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, com formação continuada com todos os educadores, bem como acompanhamento dos profissionais da área; 1/1.9 - Fornecer, conforme a demanda das instituições de Educação Infantil, municipais e conveniadas, brinquedos, jogos educativos, móbiles, livros de literatura infantil, materiais pedagógicos e audiovisuais, que desenvolvam a aprendizagem, incentivem o conhecimento e o respeito às diferenças entre brancos, negros, indígenas e pessoas com deficiência e transtornos mentais, garantindo formação específica para os profissionais da educação, para uso dessas ferramentas.	- Compra de jogos pedagógicos, brinquedos além de livros de literatura infantil (babyteca e brinquedoteca)					
1/1.10 - Fornecer às instituições de Educação Infantil, conforme a demanda,	Aquisição de materiais					

materiais pedagógicos diversos e de qualidade.	didáticos e pedagógicos.					
1/1.13 - Adequar e ampliar a estrutura do CME, criando condições necessárias para a realização, com qualidade, do acompanhamento e supervisão das instituições de Educação Infantil no município	Reforma do CME e aquisição de armários para armazenar a documentação					
1/1.27 - Promover, em parceria com as Secretarias de saúde, desenvolvimento social, universidades e faculdades do município, encontros com os pais das crianças matriculadas na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, abordando temáticas relevantes, no que diz respeito ao desenvolvimento infantil.	Aquisição de recursos materiais para utilização nos projetos					
5/5.1 Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas, desde a Educação Infantil, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças na idade certa.	- Formação de professores - Aquisição de materiais estruturantes para as turmas de 1º e 2º ano					
9/9.5 – Instituir e/ou construir práticas de avaliação de caráter contínuo, visando identificar o estágio de alfabetização da população jovem, adulta e idosa, a partir de 15 anos. 9/ 9.7 – Garantir a oferta pública da educação de pessoas jovens, adultas e idosas nos níveis de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos profissionais atuantes e implementação das diretrizes nacionais dessa temática, em parceria com os entes federados. 9/9.12 – Desenvolver e elaborar materiais didáticos pedagógicos próprios para atendimento às necessidades e interesses de conhecimentos na modalidade de Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas. 9/9.13 Garantir e oportunizar a construção de um repertório de conhecimentos especializados para os docentes da EPJAI, por meio de um processo de formação inicial e contínua, capaz de consolidar, ao longo do tempo, conhecimentos na modalidade em questão. 10/10.11 - Fomentar a elaboração de currículos contextualizados, tomando como referência os conhecimentos já adquiridos pelas pessoas jovens, adultas e idosas, bem como aqueles	Contratação de prestação de serviço de pessoa jurídica especializada na formação continuada de professores e coordenadores que atuam EJA da rede municipal de ensino.			1.484.000,00	1.484.000,00	

historicamente acumulados e sistematizados pela humanidade e suas necessidades formativas no contexto contemporâneo. 10/10.14 Fomentar a inclusão de componentes curriculares voltados à Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas nos cursos de licenciatura das instituições superiores de ensino.						
9/9.6 – Promover e executar, sistematicamente, em parceria com o Estado e União, mediante programas específicos, ações de atendimento ao estudante da educação de pessoas jovens, adultas e idosas, por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde.	Pnate/Pnae					

Fonte: Elaboração própria Equipe Técnica Municipal de Vitória da Conquista.

Informações adicionais:

- Não foi possível identificar dados financeiros relacionadas às ações da rede estadual, federal e privada. Na esfera municipal, em 2019, observou-se que das ações realizadas no município de Vitória da Conquista (ver com Tânia, Arlete, Eliane).

Obs.: Utilize apenas as estratégias que necessitam de orçamento para 2019.

* Repetir o quadro para todas as Metas/Estratégias

Informar tipo de peça orçamentária utilizada na implementação de cada meta/estratégia, bem como sua descrição, conforme quadro abaixo.

Observação:
1 – Verificar se em 2019 foi adquirido material (consumo ou permanente) ou contratado algum serviço, código, valor unitário, valor total que esteja relacionado com a estratégia;
2 – Escrever a estratégia e descrever o que foi adquirido, contratado, quantidade, valor (unitário, total) e as outras informações solicitadas no Quadro (conforme modelo da SEC);
3 – Caso não consiga identificar todas as informações colocar um traço e a observação.

5. ASPECTOS INSTITUCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

Quadro 2: Parcerias e cooperação estabelecidas para a execução das metas/estratégias – 2º Biênio

- Parcerias e implementação de Programas/Projetos: Educar pra Valer; Todos por uma Escola de Paz, Alimentação Saudável, Crescer Saudável, Semana do bebê em todos os CMEIs e Creches; Programa Saúde na Escola (PSE); I Cirandando, Vivências na Educação Especial; Lançamento do projetos Buriti Mirim e Projeto Começar de Novo, Formação Continuada para professores, gestores, coordenadores, monitores, auxiliares de vida escolar; acompanhamento de projetos e programas (Projeto Eco Teens, Mãos que reciclam,

Lápis na Mão, Programa de Incentivo à Leitura PROLER, Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD); acompanhamento de unidades escolares, intervenções.
- Parcerias para realização de cursos/formações (Formação em Transtorno do Espectro Autista (TEA); Curso em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS);
- Participação ativa do Instituto Federal no grupo de trabalho instituído para tentar ajuntar dados para olhar e preencher as informações do Relatório de Monitoramento.

Quadro 3: Mudanças ocorridas nas condições administrativas do município, aspectos da gestão dos recursos financeiros que tenham produzido impactos na execução das metas/estratégias – 2º Biênio

- A formação inicial de professores da educação básica se deu ao longo dos últimos anos pela Instituição da Política Nacional de Formação de professores. Essa política se efetivou por meio de parceria entre os entes federados para a oferta de educação superior pública e gratuita, prioritariamente, para a formação de professores da educação básica, para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas, conforme demanda do município, bem como a fiscalização do cumprimento;
- Com relação à formação continuada os professores, a rede municipal vem desenvolvendo programas próprios e outros por meio de parcerias com outras instituições para assegurar a formação continuada de monitores, cuidadores, professores e coordenadores pedagógicos;
- As mudanças dos grupos políticos responsáveis pela gestão do país, dos estados e municípios geralmente geram impactos na execução de estratégias. A forma de gestar, a maneira de entender os fenômenos e reconduzir rotinas termina por vezes atrasando, suspendendo e modificando dinâmicas que deveriam ser contínuas para garantir a realização de ações para a entendimento das metas;
- Por se tratar, de instituições que gozam de relações com outras esferas da administração pública (Estado e Governo Federal) e setor privado, as questões de ordem orçamentária do município afetam sob outras óticas as relações com as instituições de ensino superior.
- Pode-se perceber que a aprovação da Emenda Constitucional do Teto de Gastos públicos tem gerado uma redução visível a "olho nu" nas condições de trabalho e manutenção das universidades públicas federais e institutos. No que diz respeito a universidade pública estadual, a regra não se distancia muito da realidade das instituições federais. Embora o estado apresente uma "evolução" no quadro de montantes/ano destinados às quatro universidades estaduais, o recurso destinado à manutenção não corresponde às necessidades correspondentes a cada uma delas. Por sua vez, muitas estratégias terminam por não se desenvolverem por falta de recurso suficiente para atendimento da meta. Outro exemplo que afeta diretamente a materialidade de ações destinadas a atender ao PME está na ausência cada vez maior de suporte de editais de nossas fundações de amparo a pesquisa. Uma vez que a mesma deixa de ter recurso para fomentar novos editais de financiamento variado (pesquisas para todas as áreas, bolsas de graduação e pós-graduação) isso diminui cada vez mais as chances de ampliação de experiências formativas.
- A partir do ano de 2018 não houve a aplicação da ANA. Na rede municipal, a medida implementada, desde 2018, é o Programa Educar Pra Valer, em parceria com a Fundação Leman e o Programa de Correção de Fluxo - Acelera Conquista (aprovado em 2020);

Quadro 4: Outros aspectos institucionais e administrativos ocorridos e seus impactos na avaliação – 2º Biênio

- Estabelecimento parcerias intersetoriais e institucionais (universidades, faculdades e instituições) com o intuito de cumprir as estratégias previstas no PME. Ações pautadas no Plano a fim de que no final da vigência deste, as metas previstas sejam alcançadas com eficácia.
- Mudança significativa na composição da Secretaria de Educação nos últimos anos, que favoreceu uma reestruturação e um movimento positivo na proposição de ações concretas acerca do efetivo cumprimento das metas do PME.

- Considerando a condição específica já anunciada tanto no monitoramento do plano quanto na apresentação deste Documento de Avaliação, constituir uma visão mais ampla e total da situação atual do desenvolvimento da Metas e estratégias do Ensino Superior no município de Vitória da Conquista se constituiu numa tarefa fragmentada e por sua vez difícil. É necessário a constituição de um grupo multi-institucional para acompanhar a vida das instituições de ensino superior da cidade com o único objetivo de manter estudos, coletas e comparações de números e ações realizadas para cumprimento das metas.

6. ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS METAS E AVANÇOS ALCANÇADOS

Tabela 02: Meta/Avanços Alcançados/Objetivo Atingido/Nota Explicativa

META	AVANÇOS ALCANÇADOS	OBJETIVO ATINGIDO	NOTA EXPLICATIVA
- **Meta 1:** Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até três anos, até o final da vigência deste plano.	- Em relação ao indicador 1A, com meta prevista de 100% em 2016, de crianças atendidas de 4 e 5 anos, foi alcançado em 2019, 77,2% (rede pública e privada) - Quanto ao indicador 1B, com meta prevista para 50%, em 2025, de crianças de 0 a 3 anos, foi alcançado 16,1%.	- Indicador 1A: Em andamento, com distanciamento de 22,8% para cumprimento da meta. - Indicador 1B: Em andamento, com distanciamento para cumprimento de 33,9% até 2025.	- Observou-se que na Lei de 2016, constam 34 estratégias. Na lei anterior constavam 47 estratégias**.** -Foram suprimidas 13 estratégias (1.5; 1.6; 1.10; 1.11; 1.12; 1.13; 1.14; 1.15; 1.16; 1.20; 1.21; 1.23; 1.32). - Falta a conclusão de creches, que contribuirão para atingir os 50% de atendimento. - 53% das estratégias em andamento.
- Meta 02: Universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.	- Em relação ao indicador 2A, com meta prevista para 100%, em 2025, para atendimento de pessoas de 6 a 14 anos, foi alcançado em 2019, 83%. - Quanto ao Indicador 2B, com meta de 95%, em 2025, com percentual de alunos concluintes de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído, foi de 16,7%.	- Metas sendo atingida progressivamente. Expectativa que até 2025, esteja cumprida a meta de 100%.	- As estratégias não iniciadas precisam de recurso financeiro compra de equipamentos e para aumentar quadro de profissionais. - No indicador 2B, não foram considerados dos dados dos estudantes de ensino superior e pré-vestibular, bem como as pessoas que não estavam estudando, mas que poderiam ter concluído o Ensino Fundamental. Não foi considerada ainda a matrícula da Rede Federal. - 63% das estratégias em andamento.
- Meta 03: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência do PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento), com garantia de recursos humanos e financeiros com	- O indicador 3A, com meta prevista para 100% em 2016, alcançou 84,4% em 2019 (rede pública e privada). - O indicador 3B, com meta prevista para 85% em 2025, alcançou 49,4% em 2019 (rede pública e privada).	- Distanciamento de 15,6% para atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos. - Distanciamento de 35,6% para elevar, a taxa líquida de matrículas no ensino médio.	- Necessidade de monitorar o Ensino Médio junto aos dos outros níveis de Ensino. Pensar, traçar e tratar de maneira integrada as estratégias e ações de acompanhamento que buscam a melhoria da qualidade da educação básica.

vista à melhoria da qualidade nessa etapa da educação.			- 62% das estratégias em andamento.
- Meta 4: Universalizar para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.	- O indicador 4A, com meta prevista para 100% em 2025, alcançou 15,3% em 2019 (rede estadual e municipal e privada). - O indicador 4B prevê meta de 100% para 2025, no entanto não existe base de dados para cálculo do indicador 4B.	- Não é possível constatar se houve evolução nos indicadores 4A e 4B, pois o último Censo Populacional do IBGE é de 2010.	- Observou-se avanço na ampliação do funcionamento das SRM na rede municipal. - 40% das estratégias em andamento.
Meta 5: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) anos Iniciais do Ensino Fundamental.	- O indicador 5A, 5B e 5C, com metas previstas para 99% em 2025, alcançaram, em 2016, 45,9% (Escrita), 72,9% (Leitura) e 72,8% (Matemática) respectivamente.	- Não foi possível coletar os dados para o ano de 2019, tendo em vista a não continuidade ANA, após o ano de 2016.	- Na rede municipal, por meio do Educar pra Valer, é realizada a aplicação de testes de leitura mensal para as turmas do 1º ao 5º ano - Anos Iniciais do Ensino Fundamental e a avaliação diagnóstica de Português e Matemática nas turmas do 2º e 5º ano - 86% das estratégias em andamento.
Meta 06: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da educação básica até o final desse PME.	- O indicador 6A, com meta prevista para 25% em 2025, alcançou 15,5% em 2019 (rede estadual e municipal). - O indicador 6B, com meta prevista para 50% em 2025, alcançou 22,9% em 2019 (considerando apenas a rede municipal).	- Distanciamento de 9,5% para atendimento dos alunos da educação básica pública em tempo integral. - Distanciamento de 27,10%, de escolas públicas com ao menos um aluno que permanece no mínimo 7 horas diárias em atividades escolares.	- Não houve avanço para o cumprimento das estratégias 6.3, 6.7 e 6.8. - Estratégias 6.1, 6.2, 6.4, 6.5, 6.6, 6.9, 6.10, 6.11, já estão em andamento. - Atendimento nas creches para crianças de 02 e 03 anos, 100% integral, faltando ainda atingir alguns alunos de 04 e 05 anos. - 73% das estratégias em andamento.
Meta 07: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizage7m, de modo a atingir as seguintes médias	- O indicador 7A, com meta para 2019, de 5,2 atingiu 5,6. - O indicador 7B, com meta para 2019, de 4,4 atingiu 4,5. - O indicador 7C, com meta para 2019, de 3,1 atingiu 3,3.	- Anos Iniciais superou meta de 2021. - Anos finais (rede estadual e municipal) superou meta. - Ensino Médio avançou em 0,2.	- 43% das estratégias em andamento e 16,9% foram realizadas.

propostas para o Município, em relação ao IDEB.			
Meta 8: Assegurar a elevação da escolaridade média da população, considerando os diferentes segmentos populacionais, com vistas à redução e/ou superação da desigualdade educacional presente no contexto conquistense, até penúltimo ano de vigência do Plano.	- A escolaridade prevista para os indicadores 8A, 8B e 8C, é de 12 anos, para 2024. - O indicador 8D tem como meta 100%, em 2024, a razão entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos.	- No Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC), constam informações de Vitória da Conquista dos indicadores 8E (56,6%), 8F (89,6%), 8G (83,4%) e 8H (61,7%) referentes ao Censo do IBGE 2010 e PNAD 2013 e 2015.	- Não foi possível acompanhar os avanços dos indicadores da meta 8. - 33% das estratégias estão em andamento. - Apesar da meta 8, constar os indicadores 8E, 8F, 8G e 8 H, no PNE só consta 8A, 8B, 8C, 8D.
Meta 9: Garantir a universalização da alfabetização e da educação básica para a população de pessoas jovens, adultas e idosas até 2024, até o penúltimo ano de vigência deste Plano.	- A meta prevista para o indicador 9A (taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade) é de 93,5%, em 2015 e 100% em 2024. - A meta prevista para o indicador 9B (taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais de idade) é de 13,5% em 2024.	- No INEP consta 9A de 86,7% e 9B de 30%, com base no último Censo do IBGE e do PNAD 2013 e 2015.	- Não foi possível acompanhar os avanços dos indicadores da meta 9. - 71% das estratégias estão em andamento.
Meta 10: Garantir a integração da educação profissional na modalidade Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas – EPJAI, em nível fundamental e médio, ampliando progressivamente em, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas no penúltimo ano de vigência do PME.	- O indicador 10A, com meta prevista para 25% em 2024, alcançou 5,9% em 2019 (rede estadual e municipal e privada).	- Distanciamento de 19,1% para atingir o percentual matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional.	- Redução de 1,9% em relação ao no 2018. Em 2019, observou aumento de matrícula total na EJA e matrículas apenas no curso integrado EM, na rede estadual. - 60% das estratégias estão em andamento.
Meta 11: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.	- O indicador 11A com meta prevista de 300% para 2025, alcançou 181% em 2019 que corresponde a 3.482 matrículas da rede estadual e privada, sendo 82% da rede pública. - O indicador 11B com meta prevista de 50%	- Distanciamento de 119% para triplicar o número matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional. - Considerando ano de 2015, a meta foi alcançada em 2019,	- Redução de 10,6% em relação ao ano de 2018. - Dificuldade para identificar as estratégias em andamento na rede privada, estadual e federal. - Necessidade da pesquisa nas instituições. - 13% das estratégias em andamento.

	para 2025, superou a meta em 2019, aumentou 56%.	com 2.827 matrículas em EPT de nível médio na rede pública.	
Meta 12: Elevar a taxa de matrícula na Educação Superior em mais 50% (cinquenta por cento) do número que atualmente se oferece para a população entre os 18 (dezoito) e 24 (vinte e quatro) anos. Ampliação da oferta de matrícula na rede pública de Ensino e na rede privada.	- O indicador 12A com meta de 50% para 2025, até 2018, apresentou 27,9% de taxa bruta de matrículas na graduação (TBM). - O indicador 12B com meta prevista de 1% para 2025, até 2018, alcançou 15,6% de taxa líquida de escolarização na graduação (TLE).	- Os dados dos indicadores 12A e 12B tem como base de dados as informações disponíveis no PNE em Movimento.	- A Sinopse Estatística da Educação Superior só apresenta dados da faixa etária da Bahia e das regiões do Brasil. - Necessidade de pesquisa nas instituições (federal, estadual e privada). - 46% das estratégias estão em andamento.
Meta 13: Elevar a qualidade da Educação Superior ampliando a quantidade de mestres e doutores nas escolas de Ensino Superior da cidade	- O indicador 13A com meta nacional, para 2025, de 75% de docentes com mestrado ou doutorado na educação superior, alcançou em 2017, 76,6%. - O indicador 13B com meta nacional, para 2025, de 35% de docentes com doutorado na educação superior, alcançou em 2017, 38,03%.	- Não estão disponíveis no Portal INEP dados dos indicadores 13A e 13B de 2018 e 2019. - Meta atingida em 2017 em relação aos indicadores.	- Necessidade de elaborar um plano de ação para articulação junto às instituições responsáveis para acompanhar melhor a execução das estratégias. - 40% das estratégias estão em andamento.
Meta 14: Fomentar, através do investimento em qualificação docente superior, a criação de pós-graduação stricto sensu, nas instituições de ensino superior da cidade.	- O indicador 14A e o indicador 14B não apresenta meta a ser atingida.	- A GEOCAPES não apresenta dados dos anos de 2015 a 2019.	- Necessidade de criar o Observatório do Ensino Superior no município. - 73% das estratégias estão em andamento.
- **Meta 15**: Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, no prazo de 1 (um) ano de vigência desse PME, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso	- O indicador 15A com meta de 62% para 2016 alcançou em 2019, 48,5% - Na rede municipal, todos os professores do Ensino Fundamental II já possuem formação específica. Com relação ao Ensino Fundamental I, ainda conta na rede municipal, 5% de professores sem a formação específica. Não há dados precisos em relação à rede estadual e a rede privada.	- Distanciamento de 13,5% para alcance da meta que é 62% docências com professores que possuem formação superior compatível com a área de conhecimento em que lecionam na educação básica.	- As metas que estão na condição de "não iniciada", dependem de parcerias ou outros recursos e não exclusivamente da rede ou sistema de ensino. - 56% das estratégias estão em andamento.

de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.			
- **Meta 16**: Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.	- O indicador 16A com meta de 50% para 2025, alcançou em 2019, 60,8% de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu. - No caso do indicador 16B com meta de 100% para 2025, até 2017, 39,5% dos professores realizam cursos formação continuada.	- Meta atingida em relação ao indicador 16A. - Distanciamento de 60,50% para alcance da do indicador 16B, considerando o ano de 2017.	- A rede municipal tem oferecido condições aos professores da rede municipal para cursar pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, possibilitando o seu afastamento das atividades de ensino, durante o tempo de realização do curso. - 65% das estratégias estão em andamento.
Meta 17: Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.	- O indicador 17A com meta nacional, para 2021, de 100%, alcançou até 2017, 212,2%.	- Não estão disponíveis os dados de 2018 e 2019 razão entre o salário médio de professores da educação básica da rede pública (não federal) e o salário médio de não professores com escolaridade equivalente.	- 50% das estratégias realizadas e 25% em andamento. - Necessidade de fortalecimento das ações para criar condições favoráveis para melhor valorização dos profissionais do Magistério, bem como disponibilidade de dados oficiais atualizados
Meta 18: Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira, para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.	- O indicador 18A se reporta à própria meta. No PNE estão previstos 08 indicadores. O cumprimento da meta está previsto para 2017.	-	- 34% das estratégias estão em andamento. - Necessidade de maior estudo, análise das estratégias, com finalidade de articular, desenvolver ações que viabilizem melhor articulação com as instituições responsáveis pela execução da metas, além de dados oficiais.
Meta 19: Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade	- O indicador 19A tem como meta nacional 100%. Em 2019, o município apresentou 24,76% de diretores de escolas públicas escolhidos por meio de seleção e eleição, considerando a rede		- Necessidade de implementação de mudanças na Lei Municipal nº 2.011 de 23 de dezembro de 2014 e alteração da Lei 1.885/2013. - 25% das estratégias em andamento, 50% realizadas.

escolar, no âmbito das escolas públicas, em regime de colaboração com o Estado e a União, prevendo recursos e apoio técnico.	municipal. O ano para cumprimento da meta é 2017.		
Meta 20: Ampliar o investimento público em educação pública, de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País, no 5° (quinto) ano de vigência desta lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB, ao final do decênio.	- O indicador 20 com meta municipal de 27% (rede pública) para 2020, alcançou 26,26% (2019), após aprovação TCM. - O indicador 20B com meta de 7% para 2020 e 10% para 2025, alcançou 6% até 2018.	- Distanciamento de 3,35% para alcance da meta do indicador 20A (razão entre a despesa pública empenhada em educação e receita total). - Distanciamento de 1% para alcance da meta do indicador 20B (razão entre a despesa pública empenhada em educação e PIB).	- 88% das estratégias em andamento. - Necessidade de pesquisa junto às instituições públicas sobre desenvolvimento das estratégias previstas no Plano, alinhadas ao PPA, LOA, LDO.

Fonte: Elaboração própria Equipe Técnica Municipal de Vitória da Conquista.

Inserir no quadro de resultados das metas, avanços alcançados do documento de Avaliação (ver exemplo abaixo). Os avanços alcançados, os objetivos atingidos, caso não, por quê? Ou seja, uma Nota Explicativa. Caso seja necessário, agregue informações sobre efeitos não previstos e melhorias na gestão.

7. OCORRÊNCIAS E RESULTADOS

Quadro 4: A ocorrência de influências externas (atuação de parceiros) e o contexto observado, caso tenham ocorrido eventos externos favoráveis ou desfavoráveis à obtenção dos resultados – 2º Biênio

- Falta de dados, estratégias não estão claras, são repetitivas, não indica o indicador para melhor entendimento das estratégias; - A partir de dados observados não constantes neste documento, ex.: Censo da Educação Superior 2018, é perceptível a mudança de comportamento de crescimento das vagas públicas no sistema de ensino superior brasileiro, em especial no Estado da Bahia. A Rede privada de ensino tem crescido sistematicamente ano a ano. O ensino noturno privado é o que mais cresce em oferta de vagas. As instituições públicas estão estagnadas. Parte deste movimento está associado a Lei de Teto de Gastos Públicos, que congelou por 20 anos o investimento nas futuras gerações. Isso já aparece nos dados justificando uma demanda da sociedade brasileira,

baiana e conquistense de parar para avaliar se é esse tipo de crescimento e estagnação que queremos na rede pública federal e estadual de educação superior. - A desistência do jovem de seus 17 anos de finalizar seus estudos no Ensino Médio é outro fator que os dados do INEP apontam para uma tomada de consciência sobre a permanência de tais jovens e sua continuidade nos estudos. É importante também lembrara necessidade de dar a oportunidade para juventude escolher o que gostaria de fazer com seu futuro. - Rede municipal tem procurado cumprir o seu compromisso para com a educação e mais especificamente com a qualificação dos seus profissionais de ensino.

Fonte: Elaboração própria Equipe Técnica Municipal de Vitória da Conquista.

Quadro 5: Dificuldades na implementação das metas/estratégias e quais foram as suas causas, descrevendo as medidas adotadas para superar os obstáculos – 2º Biênio

- Alteração da Lei nº 2.042/2015 para a Lei nº 2.108/2016 com a supressão da uma estratégia de nº 5.5 "Definir, a partir do 1º ano de vigência do PME, como critérios para atuação dos profissionais em educação nas turmas dos 3 primeiros anos de Educação Fundamental domínio do processo de alfabetização e letramento, afinidade com a faixa etária e modalidades, participação efetiva no encontro de formação, tanto os da escola, quanto os promovidos pelas Secretarias Educacionais"; - Trabalho coletivo isolado das instituições sem compartilhamento das informações; - Apesar do regime de colaboração que acolhe os sistemas federais com suas universidades e institutos, o sistema estadual e as IES privadas muitas vezes proporcionam um distanciamento natural pela própria burocracia e natureza institucional, há um desafio proposto através do próprio plano de consolidar a colaboração e ao mesmo tempo criar relações entre os níveis de escolarização e uma relação de auto-eco-sustentabilidade entre as IES para não haver sobreposições na oferta, distribuição e objetivos do ensino superior; - Dificuldade de acompanhamento e melhor atendimento das metas associado à fatores de ordem financeira, social, econômica e política. - Estratégias em andamento, porque muitas delas por condição institucional não param, embora, por exemplo, a contratação de professores que tem passado por contingenciamentos e/ou suspensão, como é o caso das instituições federais. As instituições estaduais também estão passando por dificuldades há vários anos com uma política de contingenciamento orçamentário. - Inexistência de um plano de ação para implementação das metas/estratégias com programação sistematizada.

Fonte: Elaboração própria Equipe Técnica Municipal de Vitória da Conquista.

Existindo problemas para a execução das metas/estratégias do Plano Municipal de Educação, descrever as lições aprendidas, considerando todas as etapas de seu desenvolvimento: formulação, implementação e resultados.

8. REFLEXÕES E AVALIAÇÕES

Quadro 6: Análise do resultado, prioridades e encaminhamentos

QUESTÕES PARA ANÁLISE DA AVALIAÇÃO	ANÁLISES
A análise do resultado da avaliação implicará alguma demanda para a gestão?	- Sim, considerando os indicadores as serem alcançados, a necessidade de implementação de cursos de programas de formação continuada, no sentido de munir os professores e professoras dos referenciais teórico-metodológicos que fundamentam a proposta pedagógica. Além disso, a partir das dificuldades apontadas no relatório de monitoramento será possível fazer um diagnóstico das medidas que deverão ser tomadas para a concretização do PME. O cumprimento

	efetivo da meta ainda implicará muitas demandas para a gestão, pois, o percentual de escolas que oferecem o tempo integral ainda é baixo. É necessário ainda, estruturar o funcionamento das escolas que oferecem esta modalidade, criando espaços adequados como: refeitórios, quadras, salas de leitura e brinquedoteca.
Quais seriam as prioridades?	- Construir CMEIs nos Distritos do município para atender à demanda das crianças da zona rural. - Elaborar um plano de ação para que as metas/estratégias sejam materializadas com sucesso. - Garantir a oferta de matrícula e a educação de qualidade para todos osa lunos até a conclusão dos anos finais. - Implementar proposta pedagógica da educação integral unificada para a rede, coerente com a carga horária exigida e emitida em documentação dos alunos. - Oferecer oficinas eletivas no contraturno baseadas nas 10 competências gerais da BNCC. - Aumentar o número de escolas que ofereçam o tempo integral, desde que, tenham espaço e condições de trabalho para o contraturno. - Estender o atendimento para as escolas da zona rural e quilombos; - Investir na estrutura das escolas; - Melhorar a qualidade e oferecimento dos itens de alimentação e recursos didáticos. - Investir na formação continuada, considerando a área e ou a disciplina de atuação. - Criação de um grupo permanente de acompanhamento do desenvolvimento e criação de novas IES tanto presencial quanto à Distância; - Perceber a universidade pública como uma demanda social, portanto necessária à comunidade; - Aumento do orçamento público destinado às instituições públicas para ampliação de cursos e matrículas e melhoria em suas estruturas.
Quais encaminhamentos serão necessários para atender as prioridades elencadas?	- Realizar minicenso em parceria com a Semdes, SMS e universidades públicas a fim de levantar o número de crianças que ainda se encontram fora das instituições. - Constituir uma equipe técnica, por meio do Conselho de Educação e Estadual, para elaboração e execução da proposta pedagógica das escolas de tempo integral, fundamentada e orientada por diretrizes e normas emanadas do Sistema Federal de Ensino, bem como do conselho, haja vista que a documentação do Histórico Escolar - via escola) não condiz com o tempo de permanência e aprendizagens do currículo diversificado oferecida aos alunos. E a única resolução para funcionamento das escolas de tempo integral é a de nº. 001/2008 que está desatualiza, haja vista em seu Artigo 6º já prevê essa regulamentação. - Articular reuniões com os responsáveis pela execução das metas para construção do plano e execução do mesmo. - Constituir um documento para os poderes públicos interessados apontando o resultado da avaliação das Metas com as proposições necessárias para o desenvolvimento da Educação Superior e suas metas 12, 13 e 14; - Convidar as Instituições de Ensino Superior para um diálogo sobre a situação do monitoramento do PME-VC; - Constituir um Projeto de Lei Municipal que responsabilize o município, as IES e outros agentes a criarem um instrumento de acompanhamento dos índices relativos à Educação Superior no Município. - Plano de ação com parâmetros para aferição do cumprimento da meta, com descrição das atividades e meio de verificação, bem como a realização de um Minicenso e/ou inclusão no Sistema do Censo Escolar e Demográfico informações para análise, estudo e comparação dos dados solicitados no PME.

Fonte: Elaboração própria Equipe Técnica Municipal de Vitória da Conquista.

Preencher o quadro a seguir para identificar as prioridades de seu plano

9. RESUMO COMPARATIVO: METAS PNE, PME E ESTRATÉGIAS

Tabela 3: Metas, Indicadores, Estratégias e Status

METAS	Ordem	INDICADORES	Meta PNE 2014-2024	Alcance da meta PME 2015-2025			Fontes de Pesquisa / Observações	ESTRATÉGIAS E SATUS 2019 (Quantitativo)			
				Meta PME	Último Resultado	Ano Resultado		Lei 2.108/ 2016	Realizada	Andamento	N/ Iniciada
1 - Educação Infantil	1º	**Indicador 1A:** Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola/creche (Taxa de atendimento escolar).	100%	100% 2016	77,2%	2019	Sinopse Estatística 2019 - INEP/MEC e Censo IBGE e estimativa.	34	6	18	10
	2º	**Indicador 1B**: Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola/creche (Taxa de atendimento escolar).	50%	50% 2025	16,1%	2019	Sinopse Estatística 2019- INEP/MEC e Censo IBGE e estimativa.				
2. Ensino Fundamental	3º	**Indicador 2A**: Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que frequentam ou que já concluíram o ensino fundamental (taxa de escolarização líquida ajustada).	100%	100% 2025	83%	2019	Sinopse Estatística 2019 - INEP/MEC e Censo IBGE e estimativa.	19	3	12	4
	4º	**Indicador 2B**: Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído.	95%	95% 2025	16,7%	2019	Rede Municipal/ Sinopse Estatística 2019 e Censo IBGE e estimativa.				
3. Ensino Médio	5º	**Indicador 3A**: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica	100%	100% 2016	84,4%	2019	Sinopse Estatística 2019- INEP/MEC e Censo IBGE e estimativa	21	6	13	2
	6º	**Indicador 3B**: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou possui a educação básica completa	85%	85% 2025	49,4%	2019	Sinopse Estatística 2019- INEP/MEC e Censo IBGE e estimativa				
4. Educação Especial	7º	**Indicador 4A**: Percentual da população de 4 a 17 anos de idade com deficiência que frequenta a escola.	100%	100% 2025	15,3%	2019	Censo IBGE 2010, Estimativa populacional 2019, NTE20, SMED	25	-	10	15
	8º	**Indicador 4B**: Percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação que estudam em classes comuns da educação básica.	NA	100% 2025	NA	NA	Não foi possível auferir o indicador.				
5. Política de	9º	**Indicador 5A**: Estudantes com proficiência insuficiente em Escrita (nível 1, 2 e 3 da escala de proficiência).	NA	99% 2025	45,9%	2016	INEP/ANA.	7	-	6	1

Alfabetização	10º	**Indicador 5B**: Estudantes com proficiência insuficiente em Leitura (nível 1 da escala de proficiência).	NA	99% 2025	72,9%	2016	INEP/ANA.				
	11º	**Indicador 5C**: Estudantes com proficiência insuficiente em Matemática (nível 1 e 2 da escala de proficiência).	-	99% 2025	72,8%	2016	INEP/ANA.				
6. Educação em Tempo Integral	12º	**Indicador 6A**: Percentual de alunos da educação básica pública em tempo integral.	50%	25% 2025	15,5%	2019	Censo Escolar 2019 (Estado e Município - matrícula inicial)	11	-	8	3
	13º	**Indicador 6B**: Percentual de escolas públicas com ao menos um aluno que permanece no mínimo 7 horas diárias em atividades escolares	25%	50% 2025	22,9%	2019	Rede Municipal				
7. Qualidade da Educação Básica	14º	**Indicador 7A**: Média do IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental	6,0	5,2 2019	5,6	2019	MEC/INEP (Pública Federal, Estadual e Municipal)	53	9	23	21
	15º	**Indicador 7B**: Média do IDEB nos anos finais do ensino fundamental	5,5	4,4 2019	4,5	2019	MEC/INEP (Pública Federal, Estadual e Municipal)				
	16º	**Indicador 7C**: Média do IDEB no ensino médio.	5,2	3,1 2019	3,3	2019	MEC/INEP (Pública Federal, Estadual e Municipal)				
8. Escolaridade Média	17º	**Indicador 8A**: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade.	12	12 anos 2024	NA	NA	Não foi possível auferir o indicador.	6	-	2	4
	18º	**Indicador 8B**: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente na área rural.	12	12 anos 2024	NA	NA	Não foi possível auferir o indicador.				
	19º	**Indicador 8C**: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos pertencente aos 25% mais pobres (renda domiciliar per capta).	12	12 anos 2024	NA	NA	Não foi possível auferir o indicador.				
	20º	**Indicador 8D**: Razão entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos.	100%	100% 2024	NA	NA	Não foi possível auferir o indicador.				
	21º	**Indicador 8E**: Percentual da População de 18 a 29 anos com menos de 12 anos de escolaridade.	NA	NA	NA	NA	Não foi possível auferir o indicador.				
	22º	**Indicador 8F**: Percentual da População de 18 a 29 anos residente no campo com menos de 12 anos de escolaridade.	NA	NA	NA	NA	Não foi possível auferir o indicador.				
	23º	**Indicador 8G**: Percentual da População de 18 a 29 anos entre os 25% mais pobres com menos de 12 anos de escolaridade.	NA	NA	NA	NA	Não foi possível auferir o indicador.				

	24º	**Indicador 8H**: Percentual da População Negra entre de 18 a 29 anos com menos de 12 anos de escolaridade.	NA	NA	NA	NA	Não foi possível auferir o indicador.				
9. EJA Alfabetização e Analfabetismo Funcional	25º	**Indicador 9A**: Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade.	100%	100% 2024	NA	NA	Não foi possível auferir o indicador.	14	-	10	4
	26º	**Indicador 9B**: Taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais de idade.	9,2%	13,5% 2024	NA	NA	Não foi possível auferir o indicador.				
10. EJA integrada à Educação Profissional	27º	**Indicador 10A**:Percentual de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional.	25%	25% 2024	5,9%	2019	Sinopse Estatística da Educação Básica – INEP.	15	-	9	6
11. Educação Profissional	28º	**Indicador 11A**: Número absoluto de matrículas em EPT de nível médio.	4.808. 838	300% 2025	3482	2019	Sinopse Estatística da Educação Básica – INEP.	30	-	4	26
	29º	**Indicador 11B**: Número absoluto de matrículas em EPT de nível médio na rede pública.	50%	50% 2025	2827	2019	Sinopse Estatística da Educação Básica – INEP.				
12. Educação Superior	30	**Indicador 12A**: Taxa bruta de matrículas na graduação (TBM).	50%	50% 2025	27,9%	2018	12A – Censo IBGE 2010 e estimativa populacional	24	2	11	11
	31º	**Indicador 12B**: Taxa líquida de escolarização na graduação (TLE).	33%	1% 2025	15,60	2018	- SIMEC/MEC				
13. Titulação Profissional	32º	**Indicador 13A**: Percentual de docentes com mestrado ou doutorado na educação superior	75%	NA 2025	76,6%,	2017	Relatório de Número de Funções Docentes - Inepdata - MEC/INEP/DEED Não foi possível auferir o indicador de 2018 e 2019.	10	1	4	5
	33º	**Indicador 13B**: Percentual de docentes com doutorado na educação superior	35%	NA 2025	38,03	2017	Relatório de Número de Funções Docentes - Inepdata - MEC/INEP/DEED. Não foi possível auferir o indicador de 2018 e 2019.				
14. Educação Superior/Pós-Graduação	34º	**Indicador 14**: Número de títulos de mestrado concedidos por ano	60.00 0	NA 2025	NA	NA	Não foi possível auferir o indicador.	11	-	8	3
	35º	**Indicador 14B**: Número de títulos de doutorado concedidos	25.00 0	NA 2025	NA	NA	Não foi possível auferir o indicador.				

15. Formação de Professor	36º	**Indicador 15A**: Proporção de docências com professores que possuem formação superior compatível com a área de conhecimento em que lecionam na educação básica	100%	62% 2016	48,5%	2019	INEP/MEC – Indicadores Educacionais 2019 – Adequação da Formação Docente	25	5	14	6
16. Formação Continuada – Pós	37º	**Indicador 16A**: Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu.	50%	50% 2025	60,8%	2019	Sinopse Estatística – INEP/MEC	17	-	11	6
17. Valorização dos Profissionais da Educação – Valorização do Professor	38º	**Indicador 16B**: Percentual de professores com formação continuada	100%	100% 2025	39,5%	2017	Microdados do Censo Escolar. Elaborado pela SEI\Dipe\Copes.	4	2	1	1
	39º	**Indicador 17A**: Razão entre o salário médio de professores da educação básica da rede pública (não federal) e o salário médio de não professores com escolaridade equivalente	NA	100% 2021	212,2	2017	NA/RAIS. Elaborado pela SEI\Dipeq\Copes. Não foi possível auferir o indicador de 2019.				
18. Valorização dos Profissionais da Educação – Plano de Carreira Docente	40º	**Indicador 18A**: Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira, para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.	NA	100% 2017	NA	NA	Não foi possível auferir o indicador.	9	1	2	6
19. Gestão Democrática de Ensino	41º	Indicador 19A: Percentual de diretores de escolas públicas escolhidos por meio de seleção e eleição.	100%	100% 2017	24,76%	2019	Rede Municipal de Ensino	6	3	2	1
20. Financiamento da Educação	42º	Indicador 20A: Razão entre a despesa pública empenhada em educação e receita total.	NA	30% 2025	26,26%	2019	Rede Municipal de Ensino.	25	-	22	3
	43º	Indicador 20B: Razão entre a despesa pública empenhada em educação e PIB	10%	7% 2020 e 10% em 2025	6%	2018	- Dado Rede Municipal/Relatório - OCDE - Não foi possível auferir o indicador de 2019.				
TOTAL								**366**	**38**	**190**	**138**
PERCENTUAL (%)								100%	10%	52%	38%

Fonte: Elaboração Equipe Técnica PME
*NA = Não se aplica (não há meta definida ou não se pode calcular o indicador).

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Elaborar um resumo do comportamento das metas observando a série histórica, ressaltando aquelas que foram atingidas e fazer uma análise sobres a metas que não foram atingidas, construindo propostas para correção das estratégias das mesmas.

A meta 1 sobre Educação Infantil (Meta 1), apresentou o atendimento de 77,2% das crianças de 04 a 05 anos, o seu o maior percentual, desde 2016. Para cumprimento da meta do indicador 1B, ainda existe um distanciamento de 33,9%, sendo necessário a ampliação das vagas, principalmente para as crianças de 0 a 03 anos, que residem na zona rural e que ainda não têm acesso à educação, direito resguardado pela Constituição Federal.

No caso da meta do Ensino Fundamental, o município tem atendido às pessoas de 6 a 14 anos, de forma progressiva. O atendimento das pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído, foi analisado no âmbito da rede municipal. Ainda não é possível identificar todos as pessoas que concluíram o ensino médio, que podem estar cursando o algum curso pré-vestibular, ensino superior ou que não estejam mais estudando.

Analisando a meta 3 (Ensino Médio), meta 7 (Qualidade da Educação Básica), meta 15 (Formação de Professores), o indicador 16A da meta (Formação e Pós-graduação de professores), a meta 19 (Gestão Democrática de Ensino Público) e o indicador 20A da meta 20 (Financiamento da Educação), foi observado um crescimento em 2019, considerando o ano de 2016.

No Ensino Médio, o percentual de atendimento da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica, foi de 84,4% e de 49,4% da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou possui a educação básica completa.

A meta 7 foi superada em relação aos indicadores dos Anos Iniciais (1º ao 5º ano) e Finais (6º ao 9º ano) e do Ensino Médio, sendo que nos Anos Iniciais, esta superou ainda e meta prevista para 2021.

A indicador da meta 15 alcançou 49,9% de docências com professores que possuem formação superior compatível com a área de conhecimento em que lecionam na educação básica. Já o indicador 16A, avançou seis percentuais em relação ao ano de 2016. Em 2019, foi para 60,8%.

Apesar do avanço no número de profissionais com pós-graduação (latu senso e stricto sensu) na Educação Básica, notou-se que, em 2019, do número de 1837 pós-graduados, apenas 10% são mestres e 0,75% são doutores.

Quanto a Educação em Tempo Integral no Município de Vitória da Conquista, observou-se que ao longo desses onze anos, muitos debates foram feitos acerca das políticas públicas dessas instituições. Pensar na ampliação do tempo escolar requer entender a escola como um espaço para formação integral do aluno, por meio do ensino dos conteúdos historicamente acumulados, tornando-o capaz de entender, interagir e buscar possibilidades de transformação do meio social.

A escola de tempo integral, por sua vez, não deve, pois se configurar como simples ampliação/duplicação das atividades que a educação básica atual desenvolve. Daí a importância de garantir estrutura física adequada e profissionais qualificados para o atendimento, bem como conceber um projeto político-pedagógico que lhe dê sentido e faça que a permanência dos/das estudantes por mais tempo na escola melhore a prática educativa, com reflexos na qualidade da aprendizagem e da convivência social, elementos constitutivos da cidadania. Assim, para implantação do número de escolas em tempo integral, faz-se necessário maior investimento em educação que, necessita de um enorme esforço do município, priorizando melhorar a qualidade das escolas existentes, pois não adianta crescer o número de instituições em tempo integral sem oferecer um grau positivo de excelência que tem como meta a possibilidade de uma escola pública de qualidade social.

Neste contexto, referencia-se três pontos de discussão imprescindíveis para a implantação da escola de tempo integral: necessidade de políticas públicas voltadas para as escolas já implantadas, disponibilidade de recursos financeiros e reconhecimento da função social da escola. Ao analisar a ampliação da estrutura física, aquisição de recursos materiais, capacitação e contratação de recursos humanos com boa remuneração, condições de trabalho adequado, e definição do objetivo do aumento do tempo de permanência dos alunos na escola. Conclui-se que são justamente esses aspectos que se observa como limitações nas escolas lócus que funcionam em espaços inadequados, com poucos recursos didáticos e poucos profissionais, os quais a maioria não tem clara a concepção de escola de tempo integral, visto que não a reconhecem como espaço para formação integral do aluno e para melhoria da qualidade de ensino.

Cabe destacar aqui que os atuais documentos que discutem a escola em tempo integral, como a LDBEN 9394/96 e os PNEs, embora representem um avanço para essa implantação, trazem mais uma ilusão do que uma proposta concreta, devido suas lacunas, na qual identifica-se o distanciamento do discurso oficial e da prática corrente. Caso esses avanços não ocorram, essa proposta será apenas um agregado de atividades extracurriculares que ocupam o tempo dos alunos enquanto seus pais trabalham, nada contribuindo para a melhoria da qualidade social do ensino e formação integral do educando.

A análise das metas 4 e 5 (Educação Especial e Política de Alfabetização), metas 8 e 9 da EJA que envolve a Escolaridade Média, Alfabetização e Analfabetismo Funcional, foi prejudicada, tendo em vista que os indicadores previstos necessitam de um Sistema Educacional Integrado que considere e acompanhe a vida escolar dos alunos (rede municipal, estadual, federal e privada), de acordo à faixa etária, tipo de deficiência, nível de proficiência (leitura, escrita, matemática), renda domiciliar per capta, localização geográfica (zona rural e urbana), nível de escolaridade entre negros e não negros, população alfabetizada e não alfabetizada.

É importante salientar que mesmo com a realização do Censo Demográfico ou o Minicenso, a necessidade do Sistema Integrado persiste, pois tanto o Censo ou Minicenso, irão apresentar os dados em determinado momento e não atenderá de forma efetiva a proposta do monitoramento do Plano, que deve ser dinâmico e real.

O indicador da meta 10 que se refere à EJA integrada Educação Profissional, apresentou um resultado tímido em relação ao objetivo da meta, exigindo esforços conjuntos em todas as esferas para garantir e fortalecer as ações de ensino na modalidade/etapa de Educação de Jovens e Adultos, em nível fundamental e médio.

Ao analisar a meta 11 que se refere à Educação Profissional, observou-se que para alcançar o indicador 11A, até 2025, faltam menos 40%. Já o indicador 11B, superou a meta com 56% de expansão no segmento público, comparando o ano de 2016 com 2019.

Quanto à avaliação do Plano Municipal de Educação de Vitória da Conquista e à análise das metas 12, 13 e 14, voltadas para a Educação Superior, pode-se afirmar que a dificuldade de compor a situação atual de cada estratégia é o grande desafio de acompanhamento de tais metas. A forma como os dados são dispostos, a particularidade da disposição dos dados do ensino superior – um ano e meio depois do educacenso, fez com que as informações correspondentes ao ano de 2019 não pudessem ser atualizadas.

Um outro aspecto, é a dificuldade de agregar pontos de referência aos dados dispersos dos sistemas de ensino superior é o grande entrave para compor informações que orientem de maneira mais próxima da realidade de Município. Os sites de busca do próprio Inep não estão uniformemente atualizados, o microcenso está atualizado até 2017, por exemplo. Isso impede de caminhar alinhado ao desejo de fazer comparações com a referência e a situação atual.

Em relação às metas 17 e 18, não existe base de dados disponível, por município, para análise dos indicadores previstos. O último resultado do indicador da meta 17, levou em conta as informações coletadas pela SEI\Dipeq\Copes, no ano de 2017. Para análise do indicador da meta 18, pode ser verificado, caso seja interessante, analisar a estratégia 18.4 para auferir o percentual de docentes efetivos na rede pública de ensino.

Em relação à meta 19, levando em conta os dados obtidos na rede municipal, observou-se que 24,76% de diretores de escolas públicas escolhidos por meio de seleção e eleição. Em 2019, observou-se um número de 262 estabelecimentos de ensino da educação básica, sendo que 77% (197 estabelecimentos) são da rede pública.

No que tange ao Financiamento da Educação, notou-se um avanço de 0,21 em 2019, no âmbito da rede municipal, considerando o índice constitucional de 2016, correspondente à razão entre a despesa pública empenhada em educação e receita total.

É importante destacar, que o PME não é uma responsabilidade apenas do gestor municipal e sim de toda a sociedade, exigindo um envolvimento coletivo e mudanças nas atitudes de todos, sejam nos aspectos administrativos ou pedagógicos.

Muitos dos problemas apresentados nos relatórios de monitoramento a respeito da implementação do PME são advindos do próprio Plano, que na sua estrutura apresenta questões contraditórias, confusas, repetitivas e de difícil compreensão. E apesar de não ser esse o momento para levantar questionamentos, é importante mostrar que a superficialidade existente prejudicou em parte o desenvolvimento ou cumprimento das metas, uma vez que parece não ter sido feito um estudo financeiro mais apurado acerca das estratégias propostas para se atingir as metas em questão. Foi observado também um esforço da rede municipal projetos e ações às metas prevista no Plano para que este venha de fato se efetivar.

É importante ressaltar, que o exercício de se deparar com o instrumento, tentar buscar informações, fazer reflexões sobre o que fora encontrado tem dado a dimensão do qual é um desafio fazer prosperar tais avaliações e acompanhamentos e o quanto o poder público ainda carece de investimentos conceituais, políticos, financeiros para que de fato o PME se torne um

ponto de referência para fazer crescer as instituições para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, democrática e universal.

Um país precisa desejar ser bom para a juventude, para seu povo e para isso, é necessário empenho e financiamento público para manter crianças, jovens e adultos na escola e na universidade em seu ciclo possível e necessário.

11. REFERÊNCIA

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). IDEB – Resultados e Metas. Portal do INEP. 2018. Disponível em: http://ideb.inep.gov.br/. Acesso em: 12 fev. 2020

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Painel de Indicadores. Portal do INEP. 2019. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/dados/monitoramento-do-pne/painel-de-indicadores. Acesso em: 19 set. 2019.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resultados e Resumos. Portal do INEP. 2019. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/web/guest/resultados-e-resumos. Acesso em: 12 fev. 2020.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Indicadores Educacionais. Portal do INEP. 2019. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais. Acesso em: 12 fev. 2020.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). InepData. Portal do INEP. 2019. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/web/guest/inep-data. Acesso em: 12 fev. 2020.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Sinopses Estatísticas. Portal do INEP. 2019. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica. Acesso em: 12 fev. 2020.

_____. Lei Federal nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira, e dá outras providências). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 19 set. 2019.

_____. OBSERVATÓRIO do PNE. Indicadores Metas PNE. Disponível em: https://www.observatoriodopne.org.br/indicadores/metas/1-educacao-infantil/indicadores. Acesso em: 07 jan. 2020.

_____. Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (Simec). PNE em Movimento. Portal do MEC. 2019. Disponível em: http://simec.mec.gov.br/pde/grafico_pne.php. Acesso em: 19 set. 2019.

VITÓRIA DA CONQUISTA. Lei Municipal Nº 1.885, de 10 de abril de 2013. Institui o Sistema Municipal de Ensino de Vitória da Conquista, cria os seus órgãos constitutivos e dá outras providências. Vitória da Conquista, 2013. Disponível em: http://www.pmvc.ba.gov.br/wp-content/uploads/lei_municipal_1885_2013.pdf. Acesso em: 30 de nov. 2018.

_____. Lei Municipal nº 2.244, de 25 de setembro de 2018. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2019 e dá outras providências. Vitória da Conquista, 2018. Disponível em: http://dom.pmvc.ba.gov.br/diarios/previsualizar/LQjndPNK/164. Acesso em: 19 de set. 2019.

_____ Lei Municipal nº Lei nº 2.275 de 09 de janeiro de 2019. Estima a receita e fixa a despesa do orçamento anual do município de Vitória da Conquista para o exercício financeiro de 2019, bem como determina outras providências. Vitória da Conquista, 2019. Disponível em: http://dom.pmvc.ba.gov.br/diarios/previsualizar/zrj1o6NA/384. Acesso em: 19 de set. 2019.

_____. Lei Municipal nº 2.211 de 27 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA, para o quadriênio 2017 a 2021 e dá outras providências, 2017.

12. ANEXOS: FOTOS, PUBLICAÇÕES E OUTROS REGISTROS DA AVALIAÇÃO

Espaço para inserção de Fotos, Publicações, Notas Técnicas, Atos Normativos expedidos durante o período ou outros registros do processo de Avaliação.
Estes registros também deverão ser postados em um arquivo separado no AVA.
Adicionalmente, devem também ser enviadas as autorizações de uso de imagem e o termo de cessão de direitos autorais, conforme modelos disponíveis em anexo.

(Inserir Brasão do Município e Endereço. Evitar marcas de governo.)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Pelo presente termo de autorização para uso de imagem, _____, portador de carteira de identidade RG .Nº _____ e CPF Nº _____, residente e domiciliado à _____, na Cidade de _____, Estado da _____, AUTORIZA, expressamente, esta Secretaria Municipal de Educação a utilizar sua imagem nos materiais de divulgação no documento de avaliação do Plano Municipal de Educação (PME), por meio de mídia impressa, vídeo ou internet.

Fica autorizada a ampla utilização do material objeto do presente termo, de forma integral ou parcial, desde que relacionada aos fins institucionais da Secretaria Municipal de Educação aos objetivos de divulgação. A presente autorização de uso de imagem abrange, exclusivamente, a concessão de uso da imagem para os fins aqui estabelecidos, pelo que qualquer outra forma de utilização e/ou reprodução, deverá ser previamente autorizada para tanto.

Local/Data
Assinatura